

EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA

**"BRASILEIROS" E BRACARENSES NA CONSTRUÇÃO
DA ARTE DO SÉCULO XVIII BRACARENSE E
"BRASILEIRA"**

BRAGA 1995

O estudo das múltiplas relações artísticas entre Portugal e o Brasil está ainda quase todo por fazer. No domínio histórico há já um bom conjunto de trabalhos. A verdade é que são quase todos na direcção Este-Oeste, isto é, de Portugal para o Brasil e muito poucos no sentido contrário; apenas os "brasileiros" do século XIX, isto é, os portugueses que demandaram o Brasil e de lá voltaram enriquecidos, estão agora a ser merecedores de atenção.

No domínio artístico normalmente estudam-se os reflexos da arte portuguesa na sua antiga colónia, esquecendo os nomes dos seus responsáveis, isto é dos inúmeros pintores, pedreiros, entalhadores, ferreiros, etc. que a erigiram.

Da mesma forma que na história também se não tem dado a devida atenção à importância que os artistas brasileiros de raiz, ou apenas recentemente brasileiros, tiveram na arte portuguesa. Ou, ainda, na real importância que o dinheiro oriundo do Brasil teve na construção de um sem fim de novas casas, capelas, retábulos, douramentos, etc. Normalmente fala-se do ouro que vinha do Brasil para o Erário Público, mas esquece-se a fundamental injeção de dinheiro e outros metais preciosos na economia portuguesa feito através das remessas de emigrantes, se é que podemos dar este nome aos que demandaram aquela parte do continente americano nos séculos XVII e XVIII.

Esta importância económica pode ter diferentes raízes e origens. As remessas dos emigrantes não tinham apenas origem na sua vontade de melhorar a situação económica, ou social, da sua família. Esses dinheiros podem ter sido enviados para melhorar a difícil vida de alguns pobres, com a instituição de dotes de casamento; para lavar o nome da família, através de missas na igreja matriz do seu nascimento; para ser louvado o nome do doador, com a participação, em diferentes momentos, nas despesas da renovação artística da sua igreja natal, etc.

Mas outras vezes era a família que sabedora da melhoria económica do seu parente, lhe pedia algum dinheiro; ou a(s) confraria(s) da igreja onde fora batizado, ou se casara, que lhe fazia o apelo. Jogava-se sempre com a sua emotividade, com a sua memória, com a sua afectividade, isto é, com as recordações sempre dolorosas e queridas, dos locais da sua origem, ou infância.

Outras razões e formas de intercomunicação se poderiam ainda procurar para melhor entender as várias vertentes que se revestiram as ligações artísticas luso-brasileiras. Mas não é este o local para tal. Aqui e agora apenas nos interessa chamar a atenção a todos para a importância de se começar a fazer este estudo de uma maneira sistemática.

Agora queremos também trazer aqui alguns exemplos de algumas relações que existiram entre a cidade de Braga e a então colónia do Brasil que ilucidarão algumas das nossas anteriores palavras, através de obras, ou de artistas, que vieram a ter um nome maior nas artes nacionais dos dois países.

É bem conhecido de todos o nome do mestre Simão da Cunha, autor de maravilhosas imagens que se conservam na igreja de S. Bento, no Rio de Janeiro. Era natural de Braga¹.

Pelo seu nome Coelho Sampaio² não é tão conhecido; mas a sua obra máxima, a talha do retábulo-mor da matriz de Tiradentes, todos a conhecem. A sua

¹ - Sobre este importante escultor veja-se ROCHA, 1991; e o volume nº 3 da revista "Gávea", do Rio de Janeiro.

turgidez, a sua voluptuosidade, a sua força, a sua intensa plasticidade, tornam-na, quanto a nós, mais bela e mais interessante do que a maravilhosa talha da igreja de S. Francisco, da Baía, por todos justamente apontada como uma das obras soberbas do engenho humano.

Não vou procurar mais nomes. Apenas quero dizer que estes dois artistas eram naturais de Braga. São apenas dois dos muitos artistas altamente qualificados que saíram da capital minhota, ou de Entre Douro e Minho, e se dirigiram para o Brasil no primeiro terço do século XVIII!

Muitos outros nomes poderíamos juntar. Lembremos agora alguns. Por exemplo Marceliano de Araújo.

Este mestre bracarense é por demais conhecido por todos. As suas obras no mosteiro de S. Bento da Vitória, no Porto, alguns dos retábulos e púlpitos de Braga, ou as caixas dos órgãos da sua Sé, tornaram-no sobejamente admirado, sobretudo após a monografia que Robert Smith lhe dedicou³. Hoje conhecem-se mais outras obras suas; umas perdidas, outras ainda existentes. Entre as que felizmente se conservam, segundo me parece, estão algumas imagens que se guardam em igrejas de S. José do Rio das Mortes, actual Tiradentes, ou no museu de S. João d' El Rei.

Os acasos de um mau pagador fizeram-nos conhecer uma carta que lhe foi escrita desta terra, no dia 4 de Setembro de 1738, pelo sargento-mor José Álvares de Azevedo, tresladada a pedido do mestre escultor num notário da cidade arquiépiscopal, passados cerca de seis anos⁴.

Segundo este documento tinham sido pedidas para Braga um conjunto de imagens. Entre elas S. José e N^a S^a da Piedade, de sete ou oito palmos, para os altares colaterais de uma igreja de S. José d'El Rei, que não especifica. Retábulos estes que seriam feitos à imagem do retábulo maior, também ele começado a sair da mão de mestre Marceliano no mês de Agosto daquele ano de 1738. As passagens da carta, apesar do seu português ser bastante mau, agravado talvez pelo facto de ter sido tresladada por um tabelião secundário e de má escrita são, contudo, bem claras:

... Fico certo em V^a Mercê pegou na obra de retábulos, com imagens, neste mês de Agosto próximo e

... Espero que as imagens sejam coisa boa, principalmente os rostos, que as roupas ainda podem disfarçar-se algum defeito. São José e N^a Senhora da Piedade são para os altares colaterais, que se lhe hão-de acomodar, de sete palmos ou oito, nas meias laranjas, com seu retabolozinho, nicho e peanha, tudo à mesma proporção da grande.

Como disse no início esta comunicação dá apenas um ponto de situação das minhas pesquisas actuais no domínio das relações artísticas luso-brasileiras. Por essa razão não tenho, de momento, elementos para poder identificar os locais onde se conserva este conjunto, ou uma parte, destas imagens. Ainda na matriz de Tiradentes? No museu de S. João d'El-Rei? Em colecções particulares?

Mas duas questões ainda se podem pôr. Como é que Marceliano de Araújo recebeu esta encomenda? E em que ponto da sua carreira aconteceu?

Comecemos pela mais fácil, a segunda. Diga-se, desde já, que vai coincidir com o período mais fulgurante de toda a sua carreira artística. Embora merecedora de um ulterior desenvolvimento que lhe queremos dedicar vejamos rapidamente os seus movimentos e trabalhos ora conhecidos:

² - Sobre este entalhador veja-se, por exemplo, SANTOS, 1994.

³ - SMITH, 1970.

⁴ - Apêndice 1. As transcrições que a seguir fazemos, até indicação em contrário, pertencem a esta carta.

Em Junho de 1734 assinou escritura da parte central do retábulo-mor da igreja da Misericórdia, de Braga⁵, aceitando a enorme pela quantia de 364\$400. Mas foi só quase no último dia daquele ano que a mesa mandou iniciar os trabalhos. Correu tudo tão a contento que a mesa não só lhe deu 48\$000 por uns acréscimos⁶ como, exactamente um ano após ter assinado a escritura do retábulo central, ajustou por 425\$000 a factura dos dois colaterais, acrescidos de 14\$400 para dois anjos⁷. Mas, pior ainda que na anterior, só passados dois anos e três meses é que a Mesa decidiu mandar andar *com a obra*. Estava-se então em 7 de Setembro de 1737⁸.

Os trabalhos devem ter corrido bem e um ano mais tarde a Mesa decidiu pagar-lhe o resto desta escritura, bem como de outras obras que estavam fora do contrato inicial⁹.

E passado mais um ano, em 28 de Junho de 1739, ajustou com ele o acréscimo dos retábulos por 150\$000 e o frontal de N^a S^a da Boa Morte por 9\$600¹⁰. Estes trabalhos vieram a ser pagos nos inícios do mês Julho de 1740¹¹, isto é, passado um ano.

Nota-se aqui um período morto: o que vai de meados de 1735 até Setembro de 1737. De certa forma corresponde aos trabalhos dos magníficos órgãos da Sé. Isto permite-nos aceitar com facilidade a data (1737) que existe no órgão do lado do Evangelho. Além disso sabemos que em 7 de Março de 1737 o cabido estabeleceu contrato com o batefolha Jerónimo Luís para o fornecimento de folha de ouro¹². Isto não quer dizer, porém, que Marceliano não tenha continuado a trabalhar nesta obra além daquela data. Tanto mais que a louvação só se fez no dia 24 de Março de 1739 e que só no dia 28 de Maio daquele ano recebeu 1.143\$200 dos *acréscimos últimos da talha que fiz para os órgãos da santa Sé, advertindo que da escritura consta o presente ajuste e um papel com esta louvação*¹³.

Estes factos mostram-nos a possibilidade, perfeitamente natural, do mestre aceitar ter em mãos, simultaneamente, mais do que uma obra, isto é, das imagens que fez para Tiradentes terem sido feitas em simultâneo com as que fez para a Sé metropolitana bracarense. Importa agora redescobri-las, admirá-las e ver que importância tiveram na evolução da arte da escultura e da talha mineira. Pensamos que a descoberta dessas peças poderá originar novos caminhos de reflexão na história da escultura mineira dos meados do século XVIII.

Agora a segunda questão. Porque foi escolhido o nome de Marceliano?

Embora se não conheça, ou se conheça muito mal a epistolografia do século XVIII, sobretudo aquela que respeita às relações luso-brasileiras, ao nível da emigração de baixo ou pequeno nível económico, temos bem a certeza de que ela existiu. Mas, naturalmente, que as cartas se perderam na voragem dos tempos.

⁵ -ADB. Misericórdia, 13, fol. 16v-17 e 17v-18 (Termos da mesa do dia 28 de Junho de 1734). E ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 648, fol. 69v-70v, de 29 de Junho de 1739. Já publicado em SMITH, 1970, p. 68-69.

⁶ - ADB. Misericórdia, 13, fol. 57 (Termos da mesa do dia 30 de Maio de 1735).

⁷ - ADB. Misericórdia, 13, fol. 64v-65 (Termos da mesa do dia 29 de Junho de 1735). E ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 653, fol. 156, de 1 de Julho de 1735. Já publicado em SMITH, 1970, p. 70-71.

⁸ - ADB. Misericórdia, 13, fol. 131v (Termos da mesa do dia 7 de Setembro de 1737).

⁹ - ADB. Misericórdia, 13, fol. 152 (Termos da mesa do dia 4 de Julho de 1738).

¹⁰ - ADB. Misericórdia, 13, fol. 187 -187v (Termos da mesa do dia 28 de Junho de 1739). E ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 671, fol. 161v, de 29 de Junho de 1739.

¹¹ - ADB. Misericórdia, 13, fol. 218 (Termos da mesa do dia 2 de Julho de 1740).

¹² - DODERER, 1992, p. 10, onde se publica este documento.

¹³ - DODERER, 1992, p. 16-17.

Com certeza que numa ou noutra missiva trocada entre um emigrante bracarense e um parente, ou amigo, seu haveria algum espaço para informações sobre o que de melhor e mais belo se ia fazendo na cidade. Nada de mais natural. Hoje fazêmo-lo; o século XVIII não era assim tão diferente.

A colónia minhota e bracarense era muito grande e variada em Minas Gerais. Englobava um pouco de todas as profissões¹⁴. Sabemos, por exemplo, que havia bons entalhadores bracarenses a trabalhar nas vizinhas cidades de S. João e S. José do Rio das Mortes. A talha da Matriz de Tiradentes bem o demonstra¹⁵.

Nada mais natural que esses mestres tivessem conhecido Marceliano.

Pedro Monteiro de Sousa era da sua idade. Segundo Robert Smith mestre Marceliano nasceu cerca de 1690¹⁶. Pedro Monteiro nasceu em 1693¹⁷. O primeiro em local desconhecido, mas talvez na área de influência bracarense. O outro, nos limites da cidade, na freguesia extra-muros de S. Vítor.

Mas ambos trabalharam em Braga. Não vou repetir aqui as obras conhecidas de Marceliano. São já do domínio universal. Menos conhecidas são as de Pedro Monteiro. Mas entre elas contam-se alguns retábulos importantes no conjunto da arte bracarense do seu tempo. Um avultava na Sé catedral - o da capela da confraria de N^a S^a do Rosário, que hoje está destruído¹⁸; outro foi feito para a igreja de Santo Adrião, talvez a que lhe ficava mais próximo de casa, também já perdido¹⁹; e o terceiro é o de Santa Úrsula, na igreja dos padres da Companhia de Jesus²⁰. Todos executados no curto espaço de tempo que medeou entre 1721 e 1726!

Mas não foram suficientes para lhe dar o reconhecimento artístico e económico que desejava, ou precisava. Por isso emigrou. Em 1733 já estava em Tiradentes²¹.

Sabemos que se correspondeu com Marceliano, pelo menos no ano de 1737 ou 1738. Mas essas cartas perderam-se, talvez.

É o que se depreende da carta que no dia 4 de Setembro de 1738 escreveu José Álvares de Azevedo, capitão mor das ordenanças S. José do Rio das Mortes:

Sem embargo que V^a Mercê na sua se não alarga muito, para quem escreve de tão longe. Contudo o fez na de Pedro Monteiro, que ele me mostrou; e eu fiz com lhe dar a minha para ver.

Nessa carta ainda podemos ver que mestre Pedro discordava dos preços pedidos por Marceliano para as obras que tinham encomendado a este:

Enquanto respeita aos preços que na de Pedro Monteiro diz, não digo nada e o faço a V^a Mercê juiz em causa própria. Fará V^a Mercê o que entender em consciência, pois sei é homem dela. Na paga há-de V^a Mercê ser satisfeito sem prejuízo seu, com favor de Deus.

O que não impedia que Pedro demorasse a pagar, talvez lá o dinheiro também lhe não abundasse

¹⁴ - Sobre este tema ver MARTINS, 1974 e OLIVEIRA, 1993, p. 207-228.

¹⁵ - Veja-se sobre esta igreja, como informação mais recente, SANTOS, 1993.

¹⁶ - SMITH, 1970, p. 13.

¹⁷ - MARTINS, 1974, vol. 2, p. 276.

¹⁸ - ADB. Nota do Tabelaio Geral, vol. 583, fol. 12v, de 22 de Janeiro de 1721. Já referido em SMITH, 1968, p. 42.

¹⁹ - ADB. Nota do Tabelaio Geral, vol. 597, fol. 168, de 18 de Agosto de 1723.

²⁰ - ADB. Tabelaio Público de Braga 1^a série, vol. 113, fol. 125-126, de 13 de Outubro de 1726.

²¹ - MARTINS, 1974, vol. 2, p. 276.

O portador desta é um seu vizinho, João Vieira, que daqui vai. Leva algum dinheiro, mas não sei a quantia que há-de arrecadar na cidade do Rio de Janeiro; e quando não leve toda a quantia e lá se não cobre a legítima de Manuel Roiz que me pertence. E não desconfie V^a Mercê que, para a primeira frota que tornar, há-de ir tudo o que faltar. Falei a Pedro Monteiro tudo quanto V^a Mercê na sua me insinua. Me disse que a frota ia com brevidade, que se dizia não podia mandar nada. O apertei com ele que o havia fazer ir para o reino, em chegando aqui o visitador. Respondeu-me que não, ainda que o excomungasse, porquanto lá não tinha nada, que o enganaram os parentes da sua mulher. E que se lhe V^a Mercê alcançasse a escritura de doação que lhe mande o aviso, que ele logo ia muito depressa; e aliás viria para cá sua família. Que antes cá farto, que lá faminto. E me disse mais que se vier a dita escritura que, logo se não for, me havia de dar 400\$000, para remeter a sua família.

Com estas palavras não me custa a acreditar que a encomenda tivesse origem em Pedro Monteiro de Sousa. Como ficou o caso do pagamento não sei. É bem possível que tenha ficado incompleto, ainda com algumas dívidas. Pois passados seis anos, no dia 2 de Junho de 1744, para sorte nossa, Marceliano de Araújo achou melhor pedir que esta esta carta fosse trasladada no cartório de um qualquer notário bracarense

Diz Marceliano de Araújo, imaginário da rua de Sto André do Quinteiro, desta cidade que, para certos requerimentos que tem, lhe é necessário mandar lançar a carta junta em uma nota desta cidade. Portanto pede a V^a Mercê seja servido mandar que qualquer tabelião lha lance na sua nota e receberá mercê. Como pede //
Silveira

Mas poderia também ter sido outra a origem do pedido mineiro endereçado a Marceliano. Vejamos:

Em 16 de Novembro de 1735²² foi lavrado num tabelião secundário de Braga o contrato de pedraria de uma capela em honra de Santo Ovídio, que se situaria na freguesia de Caldelas, do vizinho concelho de Amares. Segundo este documento os conceituados mestres pedreiros bracarenses João da Costa e Domingos Gonçalves Saganha²³ comprometiam-se a fazer uma capela em honra daquele santo a José Simões, ourives, de Braga e ao Padre Matias Pereira Soares²⁴, de Caldelas, pelo preço, nada exorbitante, de 1.200\$000.

Acontece, porém, que os dois encomendantes faziam este acto em nome de José Álvares de Azevedo, já nosso conhecido. Neste contrato ficamos ainda a saber que também era cavaleiro professo na Ordem de Cristo.

Segundo este documento fazer-se-ia

²² - ADB. Tabelião Público de Braga, 1^a série, vol. 50, fol. 32v-34. Este contrato foi já referido em OLIVEIRA, 1994, p. 111, nota 273, onde tecemos algumas considerações sobre ele; e parcialmente transcrito em ROCHA, 1994, p. 181-183.

²³ - Sobre uma resenha da obra do mestre pedreiro Domingos Gonçalves Saganha veja-se OLIVEIRA, 1994, p. 111-112. ROCHA, 1994, p. 104-107 e 179-183 apresenta transcrições de alguns dos seus contratos. Sobre o mestre pedreiro João da Costa veja-se OLIVEIRA, 1994, p. 93-94. ROCHA, 1994, p. 41-45 apresenta transcrições de alguns dos seus contratos.

²⁴ - O padre Custódio Pereira Soares nasceu no dia 2 de Março de 1687, na freguesia de Caldelas, concelho de Amares. Era filho legítimo de Francisco Pereira e Marta Francisca. O seu processo da inquirição *de genere* data de 2 de Março de 1687. Conserva-se no Arquivo Distrital de Braga (Inquirições *de genere*, pasta nº 1.433, processo 32.292). Por razões que desconhecemos preferia chamar-se Matias, em vez de Custódio. Na capa do seu processo, por cima do nome Custódio tem o nome Matias, com um traço, riscado. Apresentamos estes dados sobre esta figura, e nenhum sobre o outro primeiro outorgante, porque vamos voltar a encontrá-lo no decorrer deste trabalho.

toda a dita obra da dita igreja de Santo Ovídio na forma das plantas que vieram da dita cidade do Brasil, com todas as piranimas (sic) cimalthas, perfis cunhais e grossuras de parede e alturas e abóbadas declaradas nas ditas plantas três ...

Quer dizer: seria um projecto inteiramente brasileiro. Mas aqui dever-se-á questionar: Inteiramente Brasileiro? Inteiramente Mineiro? Ou Minhoto e Bracarense?

A capela é um templo de planta centrada, como muitos que se fizeram em Braga naquele século. O seu corpo central, mais elevado, pode ver-se, por exemplo nas capelas de S. Sebastião das Carvalheiras, ou de Guadalupe, de 1715 e 1718/19²⁵, respectivamente; mas veio a conhecer um longo sucesso durante todo aquele século como se pode ver nas igrejas de Nossa S^a da Lapa, desenhada em 1769 por André Soares, para a vila minhota dos Arcos de Valdevez²⁶; ou a do Hospital, de Braga, concebida em 1786 por Carlos Amarante, já no fim do século²⁷. Foi este, aliás, o tema da nossa comunicação no anterior colóquio Luso-Brasileiro, em Ouro Preto²⁸.

Se nos lembrarmos daquelas duas capelas bracarenses de Guadalupe e de S. Sebastião das Carvalheiras veremos igualmente um pórtico simples encimado por um frontão onde se inscreve uma pedra de armas; ou um conjunto de pirâmides, para dar ênfase à arquitectura.

É possível que tenham surgido alguns problemas durante as obras pois a inscrição que se vê gravada no meio do escudo que sobrepuja a porta entre as aletas do frontão diz:

JOSÉ ALVES DE AZEVEDO, SARGENTO-MOR NA COMARCA DAS MINAS DO RIO DAS MORTES, CAVALEIRO PROFESSO NA ORDEM DE CRISTO, NATURAL DA CIDADE DE BRAGA, MANDOU FAZER ESTA CAPELA NO ANO DE 1739²⁹.

O que esta capela tem de curioso é o facto de o projecto ter vindo do Brasil.

Já vimos que em Tiradentes abundavam artistas bracarenses. Quem poderia ter sido o seu autor? Os documentos não o dizem, são perfeitamente omissos nesse ponto. Mas com a ajuda da carta tresladada que antes aproveitamos não nos custa a crer que tivesse sido o de um bracarense que então residia em S. José do Rio das Mortes, António Pereira de Sousa Calheiros³⁰, que tão grande fortuna viria a ter na história da arte brasileira.

²⁵ - Veja-se sobre a factura destas duas igrejas OLIVEIRA, 1993, p. 53-54.

²⁶ - Sobre esta igreja vejam-se, entre outros, os trabalhos de Robert C. SMITH - *André Soares*. Lisboa, Livros Horizonte, 1973, p. 37 e *Frei José de Santo António Vilaça*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 209-213, etc.. E o nosso trabalho *Relações artísticas entre Braga e os Arcos de Valdevez no século XVIII*. "Terras de Val de Vez", Arcos de Valdevez, 15, 1992-1993 (no prelo).

²⁷ - Sobre esta igreja-se veja-se OLIVEIRA, 1993, p. 55-61.

²⁸ - Intitulou-se "A arquitectura religiosa em Braga na primeira metade do século XVIII". Veio a ser publicada em OLIVEIRA, 1993, p. 45-62.

²⁹ - Inscrição recolhida em SILVA, 1959, p. 40. NÓBREGA, 1973 reproduz aquela leitura. A leitura parece estar correcta pois a inscrição é profunda e de fácil leitura. Está avivada com tinta preta. Sobre esta capela veja-se ainda SILVA, 1959, p. 240 e SILVA, 1985, p. 45.

³⁰ - Já em OLIVEIRA, 1994, p. 112, nota 273 tínhamos posto a hipótese desta capela ter sido concebida por António Pereira de Sousa Calheiros, figura tão desconhecida em Braga, como conhecida é agora nos meios da historiografia artística brasileira.

As palavras que aqui reproduzimos dão-nos fortes hipóteses de que esta nossa teoria esteja correcta. Interessa agora conhecer outras obras que possa ter concebido nesta data para a região do Rio das Mortes, e a arquitectura que por lá se ia fazendo.

Dir-se-á: mas Calheiros só tem actividade conhecida em Tiradentes a partir de 23 de Junho de 1736, data em que entrou como irmão para a Irmandade do Santíssimo Sacramento daquela cidade!

Responderemos que ele já lá estava desde 1732, ou 1733. Lembremos outro passo da carta enviada a mestre Marceliano

E ele [Pedro Monteiro de Sousa] do que se estimou foi de lhes escreverem misérias da sua casa a um António Pereira Pereira (sic) Calheiros, filho de outro Calheiros de Braga, que há cinco para seis anos veio para aqui. Ele o trouxe do Rio de Janeiro, pelo amor de Deus. E hoje, como casou rico, se não trata com o dito Monteiro, por vergonha de saber-lhe como veio para esta terra.

Era a dor natural da falta de agradecimento, a que sentia Pedro Monteiro. Natural foi também que essa dor tivesse sido transmitida para Braga pela carta de José Álvares de Azevedo. Mas esse desabafo veio a tornar-se positivo para a história de arte Luso-Brasileira, pois através dele podemos conhecer um pouco melhor a personalidade de tão importante figura. E, também, dar um possível autor a esta pequena, mas muito bela, capelinha perdida num outeiro elevado de uma serrania minhota.

Quem foi este Calheiros que as fontes portuguesas parecem querer silenciar? Quem foi este Calheiros que teve tão grande sucesso económico, social e até artístico no Brasil?

Do outro lado do Atlântico a sua biografia está cheia de lacunas, mas também de informações seguras. Aí para o fim da sua vida coube-lhe a glória de ter projectado as igrejas de planta mais complexa de toda a pátria brasileira: S. Pedro dos Clérigos, de Mariana e N^a S^a do Rosário dos Pretos, de Ouro Preto. E neste último templo lembremos que a sua fachada, com a arcada convexa assente em colunas, formando uma tríplice arcaria, parece ter reminiscências na já aqui referida capela de Guadalupe, de 1718-19, que Calheiros ainda vira em Braga, antes de rumar para o Brasil.

E, mais ainda: custa-nos a acreditar que um homem que desenhou tais obras tenha ficado inactivo durante tanto tempo numa região como Minas Gerais onde a actividade construtiva foi tão forte!

Do lado de cá só incertezas. Não encontramos em lado nenhum o nome António Pereira de Sousa Calheiros!

Também tal não é de admirar. Sabendo-se que a casa dos Calheiros pertenceu á família dos Amorins é possível que tenha querido adoptar o nome de Calheiros. Se isso efectivamente aconteceu todas as pesquisas se tornarão mais complicadas³¹.

³¹ - Pedimos ao insigne genealogista doutor Maurício Antonino Fernandes apoio para a resolução do problema da identificação de António Pereira de Sousa Calheiros. Com os nossos maiores agradecimentos transcrevemos o memorando que nos elaborou:

PISTAS GENEALÓGICAS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE ANTÓNIO PEREIRA DE SOUSA CALHEIROS

1^a - Como a casa de Calheiros pertenceu á família dos Amorins ou Morins, por ligação desta com aquela (como se pode ver em Felgueiras Gayo, tit. Amorins, § - 1^o, e em Alberto de Magalhães Queiroz, Uma família minhota, Braga, 1967, p. 73 e ss.), após uma tentativa de identificação deste arquitecto e doutor em Cânones pelo seu nome próprio completo em todas as obras de genealogia ao meu alcance, em que ele não figura como tal, cheguei à conclusão de que ele é um dos Amorins que preferiu usar Calheiros e que se trata precisamente de um irmão do Rev. Dr. Baltasar de Sousa Amorim, cónego da Sé de Braga, etc., em 1725 (ver cit. Alberto Magalhães Queiroz, p. 23, nota 17). Aliás, encontro nos Proc. de Inq. de Genere, no A. D. B., um António de Sousa, irmão de Baltasar de Amorim, ambos filhos de André Fernandes Soeiro e de sua mer. Felícia de Sousa Amorim, nas cido na freguesia de N^a S^a da Assunção, Caminha (Proc. n^o 105, de 1684).

Falta-nos o contrato da talha desta capelinha. Quem terá sido o seu autor? Marceliano de Araújo?

Não nos custa nada a acreditar em tal. É certo que, como atrás vimos, o escultor estava no momento de auge da sua carreira, com obras tão importantes como os retábulos da Misericórdia, ou as caixas dos órgãos da Sé bracarense. Mas nesses anos teve ainda tempo para fazer trabalhos para mandar para o Brasil!

O pequeno retábulo que aqui se vê inscreve-se perfeitamente no domínio do que em Braga se fazia naquela data. São particularmente as mísulas que nos chamam para Marceliano.

As imagens que nele se veem de Santo Ovídio (sobre um plinto rococó), N^a S^a da Piedade e S. José não têm a qualidade da restante talha, o que nos leva a fazer crer que Marceliano de Araújo poderá apenas ter sido o autor do desenho. No mínimo é de estranhar que um homem, que era essencialmente um escultor, tivesse deixado para outro fazer a parte para que tinha mais aptidão.

E com isto voltamos ao ponto anterior, ainda sem resposta, sobre a outra possível via para a arte de Marceliano de Araújo ter chegado a Minas Gerais. E aí começa quase outra ponta desta comunicação. Desta vez nada tem de directamente respeitante a arte. Mas envolve alguns dos nomes de que temos vindo a referir.

No dia 2 de Setembro de 1739 lavrou-se no principal notário de Braga bracarense um pedido de empréstimo feito pelo Padre Matias Pereira Soares a Maria Gonçalves da Silva, moradora na rua de Santo André do Quinteiro, a mesma artéria em que ficava a casa de Marceliano de Araújo. Por aquele documento ficamos a saber que esta mulher era casada com José da Silva Lemos, ausente nos estados do Brasil, como então se dizia. O padre pedia 200\$000, que lhe foram concedidos. Como fiadores apresentou João Vieira Calvos, figura que desconhecemos, e Marceliano de Araújo³². Infelizmente o documento não nos diz como é que o padre e o mestre entalhador se conheceram.

E o que é mais curioso é que no mesmo tit. de Amorins do ref. Gayo, em § - 77º, nº 4, encontro um Baltasar Amorim, Escultor, fº de Francisco Fernandes, também Escultor; e, em § - 6º, nº 10, um António Pereira Rego, s. m. n., em § - 32ª, nº 9, outro António Amorim Pereira, bem como um Amorim casado na Baía, em 1696, no § - 66, nº 2.

2ª - Também em Brasões Inéditos de José de Sousa Machado, nº 143 e 144, encontro cartas de armas passadas a Amorins, com direito a costados de Calheiros, o que, além de outras razões, justifica o sobrenome de Calheiros.

3ª - Por sua vez, Domingos Araújo Affonso, na sua excelente e vasta obra genealógica publicada (tendo deixado muita outra inédita em posse da Família), sob o título "Da verdadeira origem de algumas Famílias Ilustres de Braga e seu Termo", em diversos títulos, como o de Sousas (ref. em "Bracara Augusta", vol. XXIII, nº 55, p. 133), e o de Lanhas (ib., vol. XX (1966), nº 43/44, p. 98/99) onde aponta um Leopoldo de Sousa c. c. Maria Calheiros, pais doutra Maria Calheiros c. c. Gabriel Pereira; c. g. em Lisboa.

B - Considero estas pistas como as mais indicadas. Mas, caso não sejam suficientes ou não sirvam para o caso, sugiro outras, como os Livros de Registo, nº 15 e 16 do Arquivo Municipal de Braga, que foram sumariados em "Bracara Augusta", desde o nº 1 ao vol. XIII, pelo menos.

Entretanto, não deixarei de rebuscar outras fontes em que ele possa figurar, já que não o encontro em nenhuma obra genealógica ao meu alcance, tanto brasileira como portuguesa, o que muito estranho

Oliveira de Azemeis

22 - 01 - 95

³² - ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 672, fol. 175-176.

Passados 10 anos o padre ainda devia o dinheiro e os juros, ascendendo tudo a 254\$800³³. E

porque a sobredita queria obrigar a ele dito Marceliano de Araújo pelo próprio e juros que estavam devendo e por ele dito Marceliano de Araújo se não querer ver ajuizado, nem obrigado,

Resolveu pagar-lhe a sobredita quantia e juros, contanto que ela dita Maria Gonçalves da Silva lhe desse paga e quitação de todo o referido e lhe cedesse as acções para em algum tempo ver se pode haver a dita quantia pelo principal

Passados três anos já aquele montante subia para 292\$778. O padre pagou então a maior parte, 250\$000, ficando-lhe ainda a dever a apreciável quantia de 42\$778³⁴

Põe-se agora a questão: quando e como é que o padre de Caldelas conheceu Marceliano de Araújo? Que relação havia entre eles para terem feito este empréstimo, de montante relativamente avultado?

Já o conhecia de antes? Da data em que se fez a talha para a capela de Santo Ovídio? Terá sido o mestre bracarense o seu autor? Quando (e se) lhe foi mandado fazer a encomenda Marceliano para Tiradentes?

São perguntas que ficam. Concerteza ficarão para todo o sempre.

Outros regressos às origens aconteceram nesta década de 30. Era natural este vaivém por parte de homens que enriqueciam e queriam viver os últimos anos da sua vida nos locais que os tinham visto nascer.

As informações recolhidas nem sempre são satisfatórias, nem sempre dão a dimensão total dos nossos desejos de querer saber mais. Mas valem pelo que são. A sua soma poderá trazer resultados interessantes.

Vejamos: em 30 de Novembro de 1731 foi contratada, num tabelião bracarense, a construção de uma casa no campo de Santa Ana, actual avenida Central, local que naquela data se estava a transformar num dos mais importantes da cidade. Quem desejava ter aí casa nova era José da Silva Costa, que já morava naquele campo³⁵.

No documento é-lhe dado o epíteto de brasileiro. Como se sabe os livros notariais raramente nos permitem obter muitas informações sobre os outorgantes.

É curioso, neste contrato, que o futuro proprietário não quis abalançar-se à factura de um modelo de habitação por si idealizado. Não, o que pediu foi que a sua casa fosse feita conforme *a altura, largura e perfeições* que tinha a casa de Manuel Rebelo da Costa, que existia naquele mesmo campo.

Com aquelas palavras José da Silva Costa quis mostrar que desejava estar em consonância com o que, em qualidade e riqueza média, se ia construindo em Braga, rejeitando assim qualquer outra raiz brasileira.

É pena que não tenhamos outra informação sobre o encomendante, se tinha estado no Nordeste, no Rio, em Minas, ou em qualquer outro local. Talvez nos ajudasse melhor a compreender a razão de ter escolhido aquele desenho de fachada.

Mas também é certo que este tipo de casa bem sólida, com o desenho das portas do piso térreo e o das varandas, no andar, fortemente marcado por pedra esquadriada era bastante recente em Braga e estava a receber boa aceitação.

³³ - ADB. Tabelião Público de Braga, 2ª série, vol. 112, fol. 61v-62v.

³⁴ - ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 722, fol. 166v-167.

³⁵ - ADB. Nota do Tabelião Geral, 2ª série, vol. 48, fol. 166v-167v. Este contrato foi já sumariado em SILVA, 1994, p. 126.

Falta-nos ainda um estudo sobre o género de pessoas que preferiu construir as suas casas seguindo esta tipologia; mas já sabemos que apareceu durante o primeiro terço do século XVIII e que foi escolhida para o modelo único de casa a implantar na nova urbanização de Braga - a praça do Reduto, hoje campo Novo - concebida segundo um plano rigoroso, que podemos datar de 1725³⁶.

Ao tomar esta atitude de optar por este desenho este "brasileiro" recusou liminarmente a sua passagem pelo Brasil e quis sim marcar posição perante a sociedade bracarense do seu tempo. É esta outra forma de aceitação da arquitectura, diferente da que aconteceu com os encomendadores da capela de Santo Ovídio.

Mas é também um acto normal, pois era vulgar dar-se indicação do modelo desejado apontando para outro já feito. Isto aconteceu na arquitectura, como aconteceu na talha, escultura, etc. Aliás o mestre pedreiro que construiu esta casa, Inácio de Matos também deve ter recebido uma grande aceitação como construtor deste tipo de edifícios porque logo em Janeiro do ano seguinte contratou com um ourives bracarense a factura de uma casa *na forma que está feita a obra de José da Silva Costa, do campo de Santa Ana...*³⁷; e em Janeiro de 1732 outra casa, para o tratante Manuel de Almeida, onde novamente se estipula que será *na forma da de José da Silva Costa*³⁸.

Mas nesta mesma década podemos ainda apresentar outro caso interessante, revelador deste forte apego à mãe pátria:

Em 1736 apareceu noutra tabelião bracarense um jovem que vinha de Sabará. Chamava-se ele Pedro Ferreira e o seu desejo era aprender *a arte da pintura de toda a matéria*. Para tal escolheu como seu mestre o mais conceituado pintor bracarense, João Lopes, autor, por exemplo, da tela do retábulo-mor da igreja da Misericórdia, que devia ainda ter a tinta um pouco húmida no momento em que lavrou o seu contrato de aprendizagem.

Pedro Ferreira foi como um meteoro. Da mesma forma que apareceu, também desapareceu. Não encontramos mais nenhuma pista sobre a sua vida ou obra!

Mas o que importa é o facto de ser este mais um "brasileiro" a querer beber o saber oficial na terra, talvez natal, dos seus progenitores. E é ainda curioso o facto de ter feito um contrato de ensino em data já tão avançada³⁹.

Seria interessante saber se voltou para Minas Gerais e se o que por lá fez veio a reflectir a arte de João Lopes e de Braga.

Outros exemplos poderíamos ir buscar sem sair da cidade e região de Braga, ou da década de 1730-1740. Mas já ultrapassamos muito o tempo que nos foi destinado.

Pensamos, porém, que são já perfeitamente suficientes para demonstrar que é importantíssimo que se façam estudos conjuntos nas mais diversas áreas da arte barroca luso-brasileira, para assim melhor conhecermos quer a extensão da arte portuguesa, quer as origens da arte brasileira.

³⁶ - Sobre este tipo de casa e esta praça ver OLIVEIRA, 1993, p.

³⁷ - ADB. Nota do Tabelião Geral, 1ª série, vol. 637, fol. 60-60v. Este contrato foi já sumariado em SILVA, 1994, p. 126-127.

³⁸ - ADB. Tabelião Público de Braga, 2ª série, vol. 89, fol. 174

³⁹ - Sobre este pintor e este contrato veja-se SOARES, 1993.

É por isso que achamos extremamente importante que os brasileiros venham conhecer a arte portuguesa e os portugueses vão ao Brasil estudar a arte brasileira.

Que, afinal é, muitas das vezes, uma arte comum.

Braga, Janeiro de 1995

APÊNDICE 1

Treslado de carta e petição de Marceliano de Araújo, desta [cidade, da] rua de Sto André do Quinteiro.

Data - 2 de Junho de 1744

Leitura integral - *Em nome de Deus. Diz Marceliano de Araújo, imaginário da rua de Sto André do Quinteiro desta cidade que, para certos requerimentos que tem, lhe é necessário mandar lançar a carta junta em uma nota desta cidade. Portanto pede a V^a Mercê seja servido mandar que qualquer tabelião lha lance na sua nota e receberá mercê. Como pede // Silveira // Senhor Marceliano de Araújo. Vila de S. José, 4 de Setembro de 1738. Recebi a de V^a Mercê, de 7 de Abril deste presente ano, que estimo muito pelas notícias que me dá da sua boa saúde, que o Senhor lhe conserve, pelos anos de seu desejo. Eu passo bem, Deus louvado, para o servir, com pronta vontade, no que lhe servir de gosto. Sem embargo que V^a Mercê na sua se não alarga muito, para quem escreve de tão longe. Contudo o fez na de Pedro Monteiro, que ele me mostrou; e eu fiz com lhe dar a minha para ver. Fico certo em V^a Mercê pegou na obra de retábulos, com imagens, neste mês de Agosto próximo. Enquanto respeita aos preços que na de Pedro Monteiro diz, não digo nada e o faço a V^a Mercê juiz em causa própria. Fará V^a Mercê o que entender em consciência, pois sei é homem dela. Na paga há-de V^a Mercê ser satisfeito sem prejuízo seu, com favor de Deus. O portador desta é um seu vizinho, João Vieira, que daqui vai. Leva algum dinheiro, mas não sei a quantia que há-de arrecadar na cidade do Rio de Janeiro; e quando não leve toda a quantia e lá se não cobre a legítima de Manuel Roiz que me pertence. E não desconfie V^a Mercê que, para a primeira frota que tornar, há-de ir tudo o que faltar. Falei a Pedro Monteiro tudo quanto V^a Mercê na sua me insinua. Me disse que a frota ia com brevidade, que se dizia não podia mandar nada. O apertei com ele que o havia fazer ir para o reino, em chegando aqui o visitador. Respondeu-me que não, ainda que o excomungasse, porquanto lá não tinha nada, que o enganaram os parentes da sua mulher. E que se lhe V^a Mercê alcançasse a escritura de doação que lhe mande o aviso, que ele logo ia muito depressa; e aliás viria para cá sua família. Que antes cá farto, que lá faminto. E me disse mais que se vier a dita escritura que, logo se não for, me havia de dar 400\$000, para remeter a sua família. E ele do que se estimou foi de lhes escreverem misérias da sua casa a um António Pereira Pereira (sic) Calheiros, filho de outro Calheiros de Braga, que há cinco para seis anos veio para aqui. Ele o trouxe do Rio de Janeiro, pelo amor de Deus. E hoje, como casou rico, se não trata com o dito Monteiro, por vergonha de saber-lhe como veio para esta terra. Espero que as imagens sejam coisa boa, principalmente os rostos, que as roupas ainda podem disfarçar-se algum defeito. São José e N^a Senhora da Piedade são para os altares colaterais, que se lhe hão-de acomodar, de sete palmos ou oito, nas meias laranjas, com seu retabolozinho, nicho e peanha, tudo à mesma proporção da grande. Leva o portador 100 oitavas de ouro que é o que à pressa deu lugar (sic) para se lhe dar a V^a Mercê o procedido delas e entregar ao rev. P Matias Pereira Soares ausente. A V^a Mercê que Deus guarde muitos anos. De V^a Mercê muito servo e venerador // José Álvares de Azevedo // Pedro Roiz, escrivão das apelações que veio para esta cidade de Braga dos bispados de Coimbra, Miranda e da comarca de Chaves. Por Sua Alteza o Sereníssimo Senhor D. José Arcebispo e Primaz de Braga e Senhor das Espanhas, etc. Que eu reconheço a letra e sinal ao pé deles ser de José Álvares de Azevedo, sargento mor da ordenança na comarca de Rio das Mortes, por comparação de muitas que dele tenho visto e de uma procuração que me terá feito. E ao padre Matias Pereira*

Soares e João Carneiro, mercador desta cidade e a José Simões, ourives da mesma cidade. E em fé de verdade a reconheço pela razão dada. Braga 20 de Maio de 1744 anos. Pedro Rodrigues. E não se continha mais em a dita petição e carta e reconhecimento que aqui tresladei bem e fielmente, sem coisa que dúvida faça; e em fé dela me assino. Braga, hoje, 2 de Junho de 1744. E eu João Martins de Azevedo, tabelião que o escrevi e assinei com ele dito Marceliano de Araújo.

*Marceliano de Araújo
João Martins de Azevedo*

ADB. Tabelião Público de Braga 2ª série, vol. 106, p 166-166v.

APÊNDICE 2

Contrato da obra da capela e igreja de Sto Ovídio, da freguesia de Caldelas.

Data - 16 de Novembro de 1735

Preço - 1.200\$000

1º outorgante - José Simões, ourives, da rua dos Chãos de Baixo e o P. Matias Pereira Soares, de Caldelas.

2º outorgante - Domingos Gonçalves Saganha, mestre pedreiro de Aldeia-Navarra e José da Costa, mestre pedreiro, de Bica-Adaúfe

Testemunhas - António Carlos de Eroza, secular, da rua do Souto; e Diogo Leite Coelho, importador do juízo secular, de S. Lázaro

Tabelião - João Monteiro de Andrade

Leitura - ... foi dito [pelos primeiros outorgantes] que José Álvares de Azevedo, sargento-mor das ordenanças no Rio das Mortes dos Estados do Brasil e cavaleiro professo da Ordem de Cristo encarregara lhe fizessem por sua conta e ordem a capela e igreja de Sto Ovídio, sita na freguesia de S. Tiago de Caldelas, concelho de Entre Homem e Cávado, na forma das plantas e riscos que de lá mandou. E para disso fazer este contrato sobre obra de pedraria com os mestres que a tomarem lhe deu a procuração que me apresentaram, por ele feita por sua mão e letra, que lhes dava poder para eles poderem fazer a escritura e ajustes que lhe parecesse; e os pagamentos fazer João Carneiro, da rua do Souto; e ao pagamento de tudo obrigar a pessoa e bens dele dito sargento-mor José Álvares de Azevedo, cuja procuração vinha autorizada pelo capitão Pedro da Silva Chaves, cidadão e juiz ordinário na vila de S. João d'El Rei e seu termo, ouvidor na dita comarca de Rio das Mortes, pela ordenação com alçada no civil e crime e juiz das justificações, passada pelo escrivão deste juízo José Álvares de Mira e assinada pelo dito juiz a que me reporto, que tornei a ele dito P. Matias Pereira Soares, em virtude da qual por eles ditos José Simões e P. Matias Pereira Soares foi dito que, metendo a dita obra da dita igreja a lanços, se ajustaram com eles ditos Domingos Gonçalves Saganha e João da Costa em estes fazerem toda a dita obra da dita igreja de Santo Ovídio na forma das plantas que vieram da dita cidade do Brasil, com todas as piranimas (sic) cimalthas, perfis cunhais e grossuras de parede e alturas e abóbadas declaradas nas ditas plantas três, que vão assinadas por eles ditos José Simões e P. Matias Pereira Soares e eu Tabelião, que se assinaram ao fazer desta, que entregaram a eles ditos mestres pedreiros e eles receberam bem feita e acabada em forma da arquitectura de pedraria, em preço e quantia de 1.200\$000 pagos em três quarteis a saber, no princípio da obra dar-se logo 400\$000 e no meio dela outros 400\$000 e no fim de toda a dita obra acabada outros 400\$000; e que por assim estarem ajustados por este presente público instrumento disseram eles ditos João Simões e P. Matias Pereira Soares que obrigavam como obrigaram a pessoa e bens móveis e de raiz, havidos e por haver, e terço da alma dele dito sargento-mor José Álvares de Azevedo, a pagar a eles ditos mestre pedreiros a dita quantia dos ditos conto e 200\$000 ...

... e antes do dito último pagamento será vista e revista por mestres de pedraria e architectos que dela entendam, para ver se esta se acha feita e acabada na forma das ditas plantas; e achando-se e dizendo estar feita na forma delas se lhe acabará de

pagar tudo; e não estando feita na forma delas, ou faltando-lhe alguma coisa, o farão por conta eles ditos mestres à sua conta; e não estando se lhe não fará o dito pagamento último; e feita e acabada sem mais demora logo lhe pagarão ...

... e por eles ditos mestres pedreiros Domingos Gonçalves Saganha e João da Costa ... se obrigavam ... a darem feita, e perfeita a dita obra da dita igreja na forma acima declarada e acabada e na forma das ditas plantas assim ditas e desta escritura, dentro de 15 meses, que começariam do dia desta em diante, com a declaração de que fazendo eles mestres pedreiro na dita obra algum defeito logo a princípio, e opondo-se-lhe logo sem mais continuarem com a dita para por diante a desfariam, como também deixando de continuar com a dita obra, ou não a acabando dentro do dito tempo de 15 meses, a poderiam eles ditos procuradores, ou quem com ela correr, meter as férias que lhe parecer a continuar com a dita obra e acabá-la à custa deles ditos mestres pedreiros de todo o necessário e na forma das ditas plantas, que eles sem demora para isso logo exhibiram, o que de mais gastasse de que se lhe devesse o poderão logo repor e haver ...

ADB. Tabelião Público de Braga 1ª série, vol. 50, fol. 32v-34.

APÊNDICE 3

Contrato de Maria da Silva, mulher de José da Silva Lemos, ausente nos Estados do Brasil, da rua de Santo André do Reduto, com o P. Matias Pereira Soares, da freguesia de Caldelas, concelho de Entre-Homem e Cávado.

Data - 2 de Setembro de 1739

1º outorgante - Maria da Silva, mulher de José da Silva Lemos, moradora na rua de Santo André

2º outorgante - P. Matias Pereira Soares, Boavista-Caldelas, concelho de Entre-Homem e Cávado

Fiadores - João Vieira Calvos; Marceliano de Araújo, escultor, bairro do Reduto

Testemunhas - José, filho do tabelião; Bento da Silva Leão, ajudante de tabelião; António José de Passos, estudante, rua das Águas

Tabelião - Rafael da Rocha Malheiro

Leitura - ... e por ele dito Matias Pereira Soares foi dito que tinha ao presente necessidade de 200\$000 em dinheiro para certa ocasião sua e de seu proveito, pedira a ela dita Maria da Silva lhos quisesse dar ...

ADB. Nota do Tabelião Geral 1ª série, vol. 672, fol. 175-176.

APÊNDICE 4

Paga e quitação e cedimento de acção que deu Maria Gonçalves da Silva, desta rua a Marceliano de Araújo, escultor, morador na rua do Quinteiro.

Data - 21 de Fevereiro de 1749

1º outorgante - Maria Gonçalves da Silva, mulher de José da Silva Lemos, ausente no Brasil e moradora na rua de Santo André

2º outorgante - Marceliano de Araújo, escultor, rua de Santo André

Testemunhas - Diogo Leite Coelho, inquiridor, rua de S. Lázaro, assinou a rogo do primeiro outorgante; Dionísio José de Gouveia, proprietário do ofício de tabelião; Jerónimo Fernandes, escultor, rua de Santo André

Leitura - ... e por ele dito Marceliano de Araújo foi dito que ele fora fiador com outro fiador da quantia de 200\$000, que tomou a juro o padre Matias Pereira Soares da igreja de Santiago de Caldelas por uma escritura feita na nota do tabelião geral Rafael da Rocha Malheiro, aos 2 de Setembro de 1739, cuja quantia deu ao dito padre Matias Pereira Soares ela dita Maria Gonçalves da Silva e porque a sobredita queria obrigar a ele dito Marceliano de Araújo pelo próprio e juros que estavam devendo e por ele dito Marceliano de Araújo se não querer ver ajuizado, nem obrigado, lhe queria pagar a sobredita quantia e juros, contanto que ela dita Maria Gonçalves da Silva lhe desse paga e quitação de todo o referido e lhe cedesse as acções para em algum tempo ver se pode haver a dita quantia pelo principal e como fiador e ela Maria Gonçalves da Silva veio nisso em cumprimento do que logo ao fazer desta, perante mim, tabelião e testemunhas adiante nomeadas e assinadas ele dito Marceliano de Araújo deu entrega a ela dita Maria Gonçalves da Silva a quantia de 254\$800 em dinheiro de contado ... a saber de próprio 200\$000 e de juro 54\$800 ...

ADB. Tabelião Público de Braga 2ª série. Vol. 112, fol. 61v-62v.

APÊNDICE 5

Paga e quitação que dá Marceliano de Araújo, escultor, da rua de santo André do Quinteiro, ao padre Matias Soares, da freguesia de Caldelas, concelho de Amares

Data - 12 de Dezembro de 1752

1º outorgante - Reverendo padre Matias Pereira Soares, Boavista-Cadelas / Amares, e assistente na freguesia de S. Paio de Antas de Belinho, termo de Barcelos.

2º outorgante - Marceliano de Araújo, escultor, rua de Santo André

Testemunhas - António Magalhães Teixeira, ajudante de notário
Reverendo padre Mateus Francisco Pereira, S. Mamede d'Este

Tabelião - Rafael da Rocha Malheiro

Leitura - ... e por ele dito reverendo padre Matias Pereira Soares foi dito que sendo-lhe necessário a quantia de 200\$000 lho dera à razão de juro Maria da Silva, mulher de José da Silva Lemos, ausente nos estados do Brasil, mora[dora] na dita rua de Santo André, por uma escritura de contrato feita neste ofício em os 2 dias do mês de Setembro de 1739 na qual lhe dera por fiadores e principais pagadores a ele dito Marceliano de Araújo e a João Vieira Calvos, morador no dito Quinteiro. E querendo ela dita Maria da Silva obrigar a ele dito Marceliano de Araújo pelos ditos 200\$000 e juros vencidos este lhe pagará 254\$800 dos quais lhe dará quitação e lhe cedera as obras que tinha contra o dito reverendo padre Matias Pereira Soares e o outro confiador por escritura pla (sic) feita por João Martins de Azevedo, tabelião nesta cidade, aos 21 de Fevereiro de 1749, com que estava devendo a ele dito Marceliano de Araújo de próprio e juros vencidos 292\$770, abatidos 40\$000 que ele dito Marceliano de Araújo tem recebido e agora à conta dos ditos 292\$778 que lhe está devendo lhe queria pagar 250\$000 e só lhe ficava devendo 42\$778 dos quais se obrigava a pagar os juros à razão de 5% todo o tempo que lhos retiver e os ditos 250\$000 logo ao fazer desta, em minha presença e das testemunhas adiante assinadas, ele dito reverendo P. Matias Pereira Soares os deu e pagou a ele dito Marceliano de Araújo em dinheiro de contado pela moeda de ouro corrente neste reino

...

... e disse mais ele dito Marceliano de Araújo que aceitava a confissão que ele reverendo padre Matias Pereira Soares lhe fazia com a dita obrigação dos ditos 42\$778 e por ele dito reverendo Matias Pereira Soares foi dito que tudo acima aceitava ...

ADB. Nota do Tabelião Geral 1ª série, vol. 722, fol. 166v-167.

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

ADB. Nota do Tabelaão Geral 1ª série, vol. 648; 653; 672; 673 e 722.

ADB. Tabelaão Público de Braga 1ª série, vol. 50.

ADB. Tabelaão Público de Braga 2ª série, vol. 106 e 112.

Impressos

BAZIN, 1956 - BAZIN, Germain - *L' architecture religieuse baroque au Brésil*. 2 vols. São Paulo-Paris, Museu de Arte-Liv. Plon, 1956.

CARRATO, 1971 - CARRATO, José Ferreira - *Uma casa portuguesa com horta e jardim, nas Minas Gerais do século XVIII*. "Revista de Guimarães", Guimarães, 81, 1971. Sep.

DODERER, 1992 - DODERER, Gerhard - *Os órgãos da Sé Catedral de Braga*. Lisboa, Barclays Bank, 1992.

GONÇALVES, 1983 - GONÇALVES, Flávio - *Mestres pedreiros gaienses que trabalharam no século XVIII, na Torre de Garcia d' Ávila*. "Gaya", Vila Nova de Gaia, 2, 1984, p. 259-271.

MARTINS, 1974 - MARTINS, Judith - *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. 2 vols. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, 1974. (Publicações do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, 27)

NÓBREGA, 1973 - NÓBREGA, Vaz Osório da - *Pedras de armas e armas tumulares do distrito de Braga. Vol. III. Concelhos de Terras de Bouro e Amares*. Braga, Junta Distrital, 1973.

OLIVEIRA, 1993 - OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *Estudos sobre o século XVIII em Braga*. História e Arte. Braga, APPACDM, 1993.

OLIVEIRA, 1994 - OLIVEIRA, Eduardo Pires de - *O mosteiro do Salvador. De convento de freiras ao Lar Conde de Agrolongo*. Braga, [Lar Conde de Agrolongo], 1994.

OLIVEIRA, Miriam Ribeiro de - *Minas Gerais e o rococó. Arquitectura e talha*. Lovaina, 1989 (mimeografado).

ROCHA, 1994 - ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *A arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras*. Braga, s/e, 1994.

ROCHA, 1991 - ROCHA, Mateus Ramalho - *A igreja do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Studio HMF/Lúmen Christi, 1991.

SANTOS, 1994 - SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos - *A talha joanina da igreja matriz de Tiradentes (Brasil). Autoria e modelos portugueses*. "Minia", Braga, 3ª série, 1993, p. 117-139, il.

SILVA, 1959 - SILVA, Domingos M. - *Entre Homem e Cávado. II Amares e Terras de Bouro*. Amares, s/e, 1959.

SILVA, 1985 - SILVA, Domingos M. - *Entre Homem e Cávado em meados do século XVIII. Memórias paroquiais*. Braga, s/e, 1985.

SOARES, 1993 - SOARES, Ivone da Paz - *Pedro Pintor*. "Mínia", Braga, 3ª série, 1, 1993, p. 141-151.

SMITH, 1968 - SMITH, Robert C. - *A Casa da Câmara de Braga (1753-1756)*. "Bracara Augusta", Braga, 22 (63-66), 1968. Sep.

SMITH, 1970 - SMITH, Robert C. - *Marceliano de Araújo, escultor bracarense*. Porto, Nelita editora, 1970.